

**AgInt no Ag no RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.818 - SP (2019/0285416-0)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**AGRAVANTE : SANAF AGRO-PASTORIL LTDA**  
**ADVOGADOS : FÁBIO ANTÔNIO PECCICACCO - SP025760**  
**CARLA JOSELI MARTINS DE ABREU TESSARIN -**  
**SP280653**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS**  
**PROCURADOR : BENEDICTO ZEFERINO DA SILVA FILHO - SP156924**  
**ES**  
**ADEGUIMAR LOURENÇO SIMÕES - SP121425**  
**TAUHANA DE FREITAS KAWANO - SP245911**

### **DECISÃO**

#### **Vistos.**

Trata-se de Agravo Interno interposto contra a decisão que não conheceu do Recurso Especial de **SANAF AGRO-PASTORIL LTDA.**, fundamentada na incidência das Súmulas ns. 282 e 284 do STF e 7 desta Corte.

Sustenta a Agravante, em síntese, a inaplicabilidade de tais óbices.

Por fim, requer o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão impugnada.

Impugnação às fls. 497/509e.

Em juízo de retratação, consoante o disposto no art. 1.021, § 2º, do mesmo diploma normativo, verifica-se o desacerto parcial da mencionada decisão, razão pela qual de rigor sua reconsideração, a fim de que o recurso seja novamente analisado.

Isto posto, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC/15, **reconsidero, parcialmente**, a decisão de fls. 458/469e, na parte em que não conheceu do recurso especial de SANAF AGRO-PASTORIL LTDA., restando, por conseguinte, **prejudicado** o agravo interno de fls. 474/494e, e passo, doravante, a novo exame do Recurso Especial.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **SANAF AGRO-PASTORIL LTDA.**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 283e):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO Execução fiscal IPTU Exercícios de 2002 a 2006. Decisão que rejeitou exceção de pré-executividade. Alegado conflito de competência tributária, dada divergência acerca da natureza*

*do imóvel (se urbana ou rural). Imóvel, contudo, cadastrado no INCRA, sujeito à incidência de ITR. Dever do Município de informar a União sobre a inclusão do imóvel no perímetro urbano. Execução que deve ser extinta. Honorários.*

*Aplicação do artigo 85, § 8º, do CPC/2015. Recurso provido.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, a Recorrente aponta ofensa ao art. 85, §§ 3º e 11 do CPC/2015, alegando, em síntese, a impossibilidade de a verba honorária ser fixada com base na equidade.

Com contrarrazões, o recurso foi admitido.

**Feito breve relato, decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, IV e V, do Código de Processo Civil de 2015, combinados com os arts. 34, XVIII, b e c, e 255, I e II, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, respectivamente, a:

i) não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

ii) negar provimento a recurso ou pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ; e

iii) dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*“O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.*

Em relação ao art. 85, § 11, do CPC/2015, verifica-se a ausência de demonstração precisa de como tal violação teria ocorrido, o que impede o conhecimento do recurso especial.

Desse modo, em consonância com o entendimento desta Corte, nos casos em que a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se ao recurso especial, por analogia, o entendimento da Súmula 284, do Colendo Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. ALEGAÇÕES GENÉRICAS DE VIOLAÇÃO AOS DISPOSITIVOS LEGAIS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AÇÃO DE COBRANÇA. DÉBITO DE TERCEIRO. OBRIGAÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. RESPONSABILIDADE DO CONSUMIDOR QUE EFETIVAMENTE UTILIZOU O SERVIÇO.**

*1. O recurso especial não pode ser conhecido no tocante à alegada ofensa à Resolução ANEEL 456/00. Isso porque o referido ato normativo não se enquadra no conceito de "tratado ou lei federal" de que cuida o art. 105, III, a, da CF.*

*2. A mera indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que haja demonstração clara e objetiva de como o acórdão recorrido teria malferido a legislação federal, não enseja a abertura da via especial, devendo a parte recorrente demonstrar os motivos de sua insurgência, o que não ocorreu no caso em exame. Hipótese em que incide a Súmula 284/STF, por deficiência na fundamentação.*

*(...)*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no AREsp 401.883/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 18/02/2014).*

**PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO ASSENTADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO**

**COMPROVAÇÃO DE QUE FOI INTERPOSTO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.**

(...)

3. *No que tange à apontada violação do art. 292 do Código de Processo Civil, a insurgente restringe-se a alegar genericamente ofensa à citada norma sem, contudo, demonstrar de forma clara e fundamentada como o aresto recorrido teria violado a legislação federal apontada.*

4. *Agravo Regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 441.462/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/02/2014, DJe 07/03/2014).

Ademais, nesse ponto, o tribunal de origem assentou (fl. 335e):

*Quanto aos honorários, verifica-se que foram arbitrados por equidade com observância ao disposto no § 8º do art. 85 do CPC, ressaltando, ademais, que a majoração prevista no § 11 do artigo 85 do Código de Processo Civil, "somente ocorre quando o recurso for inadmitido ou rejeitado, mantida a decisão recorrida. Se, porém, o recurso for conhecido e provido para reformar a decisão, o que há é inversão da sucumbência: a condenação inverte-se, não havendo honorários recursais" 3 (Didier vol3, p. 187).*

Verifico que, acerca dos honorários recursais, este Superior Tribunal tem adotado o mesmo posicionamento do acórdão recorrido.

Com efeito, tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos enunciados administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à *novel* legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos, quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Contudo, quanto à impossibilidade de a verba horária ser fixada fora dos parâmetros do art. 85, § 3º, do CPC/2015, observo que assiste razão à Recorrente.

De fato, este Superior Tribunal firmou posicionamento segundo o qual é possível a fixação dos honorários advocatícios com base no art. 85, § 8º, do CPC/2015 para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo, o que não é o caso dos autos.

Nessa linha:

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A TODOS FUNDAMENTOS DO DECISUM AGRAVADO. SÚMULA 182/STJ. TESE DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR QUE FOI RECHAÇADA PELA CORTE DE ORIGEM A PARTIR DO EXAME FÁTICO DOS AUTOS. INVIABILIDADE DE ALTERAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS COM BASE NA APRECIÇÃO EQUITATIVA DO MAGISTRADO. ART. 85, § 8º DO CÓDIGO FUX. AGRAVO INTERNO DA MUNICIPALIDADE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. Pela leitura das razões recursais, constata-se que, quando da interposição do Recurso Especial, a parte agravante não rebateu, como lhe competia, todos os fundamentos da decisão agravada, notadamente em relação à inscrição no CADIN e ao protesto, suficientes para aferir o interesse da parte ora agravada, o que ocasionou a incidência da Súmula 283/STF.

2. A parte agravante deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, autônomos ou não, mostrando-se inadmissível o recurso que não se insurge contra todos eles - Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Ainda que assim não fosse, a inversão das premissas fixadas no acórdão, a fim de acolher a tese de ausência de interesse de agir do contribuinte, demandaria nova incursão no conjunto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Admite-se a definição equitativa da verba honorária quando inestimável ou irrisório o proveito econômico ou muito baixo o valor da causa (art. 85, § 8º. do Código Fux), sendo este o caso dos autos.

5. Agravo Interno da Municipalidade a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1223652/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 18/11/2019)

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§**

**2º, 3º, 6º e 8º DO ART. 85 DO CPC/2015. APLICABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. "A expressiva redação legal [do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015] impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo" (REsp 1746072/PR, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019).

3. Não incide o óbice da Súmula 7/STJ na revisão do acórdão recorrido porquanto a controvérsia se limita em definir se o Tribunal de origem observou ou não os critérios legais para a fixação dos honorários sucumbenciais.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1812800/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2019, DJe 14/10/2019)

Isso considerado, impõe-se o provimento do recurso especial para, reformando o acórdão recorrido, determinar o retorno dos autos, a fim de que o tribunal de origem, considerando os parâmetros do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, estabeleça a condenação dos honorários sucumbenciais que entender adequada.

Posto isto, nos termos do art. 1.021, § 2º, do CPC/15, **reconsidero, parcialmente**, a decisão de fls. 458/469e, restando, por conseguinte, **prejudicado** o agravo interno de fls. 474/494e; e, com fundamento no art. 932, V, do Código de Processo Civil e art. 34, XVIII, *a* e *b*, do Regimento Interno desta Corte e 34, XVIII, *c*, e 255, III, ambos do RISTJ, **conheço em parte e dou parcial provimento ao Recurso Especial de SANAF AGRO-PASTORIL LTDA.**, nos termos expostos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora